

Diário Oficial

Prefeitura Municipal De Roteiro/AL

Comissão Permanente de Contratação
Publicação de Extrato de Contrato

Contrato Dispensa Nº 10.29.006/2025 – Processo Administrativo nº 10.29.006/2025– DISPENSA EM RAZÃO DE VALOR – Fundamentação Legal: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 – Contratado: ICONE CENTER CYBER CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ de nº 07.775.436/0001-00 - Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS PIROTÉCNICOS DIVERSOS – Valor global: R\$ 57.946,90 (cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa centavos) – Vigência: 06 (seis) meses.

LEI Nº 435, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de ROTEIRO para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providencias”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROTEIRO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Seção I – Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta Lei estima a receita do Município de ROTEIRO para o exercício financeiro de 2026, no montante de R\$ 95.610.289,00 (Noventa e Cinco Milhões e Seiscentos e Dez Mil e Duzentos e Oitenta e Nove Reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos e fundos, no valor de R\$ 72.538.470,00 (Setenta e Dois Milhões e Quinhentos e Trinta e Oito Mil e Quatrocentos e Setenta Reais).

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo os órgãos e fundos da administração direta cujas ações sejam relativas à saúde, previdência e assistência social, no valor de R\$ 23.071.819,00 (vinte e Três Milhões e Setenta e Um Mil e Oitocentos e Dezenove Reais).

CAPÍTULO II – DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I – Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social no valor de R\$ 95.610.289,00 (Noventa e Cinco Milhões e Seiscentos e Dez Mil e Duzentos e Oitenta e Nove Reais), discriminada na forma a seguir, decorrerá da arrecadação de tributos, receita patrimonial, receita de serviços, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras receitas correntes e de capital, prevista na legislação vigente.

QUADRO I

Descrição	Valor
RECEITAS CORRENTES	83.510.289,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.393.331,00
CONTRIBUIÇÕES	816.624,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.293.050,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79.007.284,00
RECEITAS DE CAPITAL	12.100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.100.000,00
TOTAL	95.610.289,00

Seção II – Da Fixação da Despesa

Art. 3º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R\$ 95.610.289,00 (Noventa e Cinco Milhões e Seiscentos e Dez Mil e Duzentos e Oitenta e Nove Reais), distribuída entre os órgãos orçamentários, por funções de governo e por categoria econômica e grupos de natureza da despesa, conforme discriminação a seguir:

I - Por Órgãos

QUADRO II

Órgão	Fiscal	Seguridade	Total
		e	
CÂMARA MUNICIPAL	1.921.000,00	0,00	1.921.000,00
GABINETE DO PREFEITO	1.079.000,00	0,00	1.079.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	6.770.320,00	0,00	6.770.320,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	6.774.360,00	0,00	6.774.360,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	28.801.709,00	0,00	28.801.709,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E EVENTOS	1.573.400,00	0,00	1.573.400,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	19.633.057,00	0,00	19.633.057,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA, RECURSOS	1.220.000,00	0,00	1.220.000,00

HÍDRICOS E AGRICULTURA			
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER	1.320.000,00	0,00	1.320.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	15.057.076,00	15.057.076,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	7.574.743,00	7.574.743,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL	129.000,00	0,00	129.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	2.380.000,00	0,00	2.380.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	816.624,00	0,00	816.624,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, JOVEM E IDOSO	0,00	440.000,00	440.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	120.000,00	0,00	120.000,00

TOTAL | 72.538.470,00 | 23.071.819,00 | 95.610.289,00

II - Por Funções de Governo

QUADRO III

Função	Fiscal	Seguridade	Total
LEGISLATIVO	1.921.000,00	0,00	1.921.000,00
ADMINISTRAÇÃO	10.326.754,00	0,00	10.326.754,00
SEGURANÇA PÚBLICA	249.000,00	0,00	249.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	7.574.743,00	7.574.743,00
SAÚDE	240.000,00	15.057.076,00	15.297.076,00
TRABALHO E EDUCAÇÃO	500.000,00	0,00	500.000,00
EDUCAÇÃO	28.801.709,00	0,00	28.801.709,00
CULTURA	1.573.400,00	0,00	1.573.400,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	440.000,00	440.000,00
URBANISMO	14.529.633,00	0,00	14.529.633,00

SANEAMENTO	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.280.000,00	0,00	2.280.000,00
AGRICULTURA	720.000,00	0,00	720.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	320.000,00	0,00	320.000,00
ENERGIA	340.000,00	0,00	340.000,00
TRANSPORTE	2.480.048,00	0,00	2.480.048,00
DESPORTO E LAZER	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.356.926,00	0,00	3.356.926,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00

TOTAL | 72.538.470,00 | 23.071.819,00 | 95.610.289,00

Seção III

Das Autorizações

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados, criando se necessário elemento de despesa dentro de cada ação:

I - decorrentes de superávit financeiro até o seu limite apurado, de acordo com o estabelecido no art.43, §1º, Inciso I e §2º da Lei 4.320/64;

II - decorrentes do excesso de arrecadação até o limite do mesmo, conforme estabelecido no art.43, §1º, Inciso II e §3º e §4º da Lei 4.320/64;

III - decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, até o limite de 40,00% das mesmas, conforme o estabelecido no art.43, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no art.167, Inciso VI da Constituição Federal;

IV - decorrentes do produto de operações de crédito autorizadas até o limite do mesmo, conforme estabelecido no art.43, §1º, Inciso IV da Lei 4.320/64;

V - decorrentes da anulação da Reserva de Contingência, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.

§1º - A apuração do excesso de arrecadação, de que trata o art. 43, §3º, da Lei 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recursos identificada na execução orçamentária da receita para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único, e 50, inciso I, da Lei Complementar 101/00.

§2º - Os recursos oriundos de convênios e contratos de repasse não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, poderão

ser utilizados por parte do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

§3º - A apuração do superávit financeiro, de que trata o art. 43, §1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recursos identificada no Balanço Patrimonial do exercício anterior para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único, e 50, inciso I, da Lei Complementar 101/00.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Capítulo III

Seção I – Das Disposições Finais

Art. 6º - As metas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em obediência à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam reajustadas na conformidade dos quadros correspondentes, que integram os demonstrativos consolidados desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO JOSÉ LEITE TEIXEIRA
Prefeito do Município de Roteiro
